

PPR expulsa Alves por ferir ética e decoro

■ Decisão da Executiva foi unânime. Alves não foi às sessões do partido para dar explicações e não deverá recorrer ao Diretório

Arnildo Schulz — 22/10/93

BRASÍLIA — A Executiva Nacional do PPR expulsou ontem do partido o deputado João Alves (BA) em decisão unânime. Os integrantes da Executiva apenas ratificaram uma recomendação do Conselho de Ética Partidária. "Ele feriu a ética e o decoro parlamentar", resumiu o deputado Vasco Furlan (PPR-SC), presidente do conselho. Se quiser, Alves poderá recorrer ao Diretório Nacional, instância superior.

Ele estava há um ano no partido. Antes, era filiado ao PFL. Ontem, entre os parlamentares do PPR havia um sentimento de alívio pela expulsão. O deputado Furlan lembrou, várias vezes, que, quando Alves cometeu os crimes de que é acusado, ainda pertencia ao PFL.

O advogado de Alves, Antônio Carlos Osório, não revelou disposição de recorrer da decisão da Executiva. "Meu cliente não ficou surpreso", disse. "É ato de falta de coragem para conquistar espaço na mídia", desprezou Osório. A decisão do partido, presidido pelo senador Esperidião Amim (PPR-SC), valeu-se do depoimento prestado por Alves à CPI do Orçamento. "O ar de deboche e as evasivas dele revelaram o desprezo pelo Parlamento", disse Furlan. "Ele praticamente nos obrigou a recomendar a expulsão."

Durante o processo de expulsão, Alves não se preocupou em comparecer às sessões para explicar as acusações. Através de seu representante, limitou-se a repetir as mesmas explicações que deu à comissão. Alves poderia, se quisesse, solicitar mais prazo para defesa, mas não pediu. "Aqui ninguém é criança", comentou Furlan. Um dos aspectos que mais convenceram os integrantes da Executiva foram os prêmios ganhos por Alves nas loterias.



João Alves, chefe dos sete anões, era do PFL e passou para o PPR há 1 ano